



## “VÓ, EU NÃO VOU MAIS NA ESCOLA, VOU TRABALHAR”: indícios sobre leitura, escrita e escolarização em famílias negras de São Paulo

Diego Benjamim Neves<sup>1</sup>

*Eixo temático: 2 - Alfabetização e história*

**Resumo:** Este artigo é fruto de estudos acerca da história da alfabetização de crianças negras no Estado de São Paulo. Nele, analiso o Relatório Final do Projeto *Memórias da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo*. Como principais resultados, pontuo, sobretudo, que as possibilidades de escolarização dos negros entrevistados estão relacionadas à necessidade precoce de inserção no mundo do trabalho.

**Palavras-chaves:** leitura e escrita; história da educação dos negros; memórias da escravidão; estado de São Paulo.

### Introdução

Algumas das promessas e anseios da primeira república — “[...] a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo escolar de educação básica capaz de promover a formação do cidadão republicano” (CARVALHO, 2011, p. 5) — não puderam ser concretizados a todos os sujeitos daquele e deste tempo históricos. Quando se ajustam as lentes as populações negras, no pós-abolição e ao longo do século XX, não é difícil concluir que — em termos educacionais — suas trajetórias escolares e não escolares, tenham sido marcadas pelo racismo como herança nefasta de quase quatrocentos anos de escravidão. Ainda que tenham sido arrolados em desigualdades educacionais e outras tantas,

[...] [as pessoas negras] foram agentes de suas histórias, fizeram escolhas, atuaram nos limites do possível, enfrentaram, por sua conta e risco, as incertezas do destino e infundiram significados específicos às retóricas da cidadania (DOMINGUES, 2019, p. 132).

A partir dessas premissas, pretendo, neste artigo, jogar luz a alguns dos significados presentes em depoimentos de pessoas negras previamente selecionados por Janotti e Queiroz (1988b) no projeto *Memórias da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo* (MEFNSP), desenvolvido entre 1987 e 1988, por elas coordenado, cuja documentação

<sup>1</sup>Doutorando em Educação pela UNIFESP. Diretor de Escola – SME São Paulo. Contato: diego.benjamim@unifesp.br.

encontra-se sob a guarda do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”<sup>2</sup>.

Em MEFNSP foram produzidas dezenas de entrevistas com famílias negras do interior e da capital paulista. Em média, até três gerações intrafamiliares foram entrevistadas, o que corresponde a um recorte temporal mais ou menos localizado entre 1910 e 1988. Os recortes e interpretações que foram realizados a partir da memória coletiva percebida nessas entrevistas são o que me animam a buscar os indícios para a construção de uma interpretação histórica sobre aprendizagem da leitura e da escrita por crianças negras no Estado de São Paulo.

Interessado em compreender aspectos da história da alfabetização no Brasil, tenho empreendido estudos acerca dessa temática e acerca da História da Educação dos negros, utilizando, entre outras fontes, MEFNSP. Objetivamente, nos próximos tópicos, apresento uma análise de indícios relacionados à aprendizagem da leitura e escrita e (im)possibilidades de escolarização inicial em famílias negras do estado de São Paulo, a partir de um dos documentos desse projeto, o *Relatório Final*.

### **Relatório final de MEFNSP: “apreciações interpretativas”**

Disposto em 71 páginas datilografadas e encadernadas, o *Relatório* é um dos primeiros a constituir o conjunto de caixas em que a documentação do projeto foi arquivada e disposta à consulta. Sua escolha deu-se por ser a expressão de algumas “reflexões preliminares” e metodológicas acerca da documentação coligida, sintetizando os principais resultados após a conclusão da pesquisa.

A partir da leitura das transcrições das fitas de gravações realizadas pelo conjunto de pesquisadores, bem como a apreciação de cadernos de campo e outras fontes, Janotti e Queiroz (1988b) compuseram um relatório final com cinco seções: “Introdução”; “A perplexidade do historiador”; “Passado cativo: herança e memória”; “O trabalho e suas representações em famílias negras de S. Paulo” e “Outros ângulos à prospecção”, em que discutem os eixos norteadores percebidos nos depoimentos: “o cotidiano”; “a organização familiar”; “os projetos de vida”; e “a omissão e a presença de um passado cativo”. Sem seção específica para referências, elas são apresentadas conforme a argumentação das autoras como notas de rodapé e contam com teóricos como Joutard, Halbwachs, Florestan Fernandes, Ecléa Bosi, Arendt, entre outros.

---

<sup>2</sup>MEFNSP contou com outros 19 pesquisadores e teve como principais objetivos: aprofundar o uso de fontes orais na historiografia, por meio da coleta de depoimentos orais de pessoas adultas de famílias negras em São Paulo e produzir documentação em comemoração ao centenário da Abolição.

Longe de promover generalizações homogeneizadoras, em tais seções, “[...] [as] imagens e representações dos depoentes, carregadas de agoras, não contém necessariamente verdades a serem evocadas, mas pontos de vista de uma memória coletiva” (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 63). Acerca disso, meu foco recaiu sobre as duas últimas seções nas quais as coordenadoras incluíram mais excertos em que pessoas negras falaram explicitamente sobre o que se relaciona à leitura ou instrução e suas imbricações com infância, escola e trabalho, ou cuja análise das autoras imprimiu conclusões acerca dessa esfera.

Nos próximos tópicos, apresento aspectos que se relacionam ao mundo do trabalho, elemento percebido em todos os depoimentos coletados, em primeiro lugar; e aspectos sobre família, infância e escolarização, como outros ângulos à prospecção. Como títulos dos tópicos, mantive os das seções do *Relatório*, com subtítulos que já denotam a minha análise.

### **“O trabalho e suas representações em famílias negras de São Paulo”: as relações entre (falta de) escolarização ou como fez falta o “diploma de branca”<sup>3</sup>**

Para essa seção do relatório, na construção de sua análise, Janotti e Queiroz (1988b) basearam-se nos depoimentos de seis famílias: “uma da cidade de Cruzeiro, uma de Guararema, uma de Rio Claro, duas de Sorocaba e uma da capital” (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b), o que representa um pouco mais de 13% das famílias envolvidas em seu projeto. Em média, nessas famílias, no momento da entrevista, a 1ª geração já estava afastada do mundo do trabalho, a 2ª estava plenamente envolvida neste, e a 3ª geração estava iniciando a vida trabalhista.

Na construção do texto, as autoras escolheram cerca de 40 excertos de 17 pessoas, mulheres em maioria, o que representa cerca de 15,5% entre os depoentes; mais da metade dos excertos relacionam-se a representantes da 1ª geração daquelas famílias, provavelmente, por se tratar de períodos mais recuados e, portanto, com possibilidade de demonstrar um recorte temporal mais ampliado da pesquisa.

Independente da geração a que pertencem, um elemento aglutinador entre as pessoas escolhidas para a análise sobre trabalho é o fato de terem, por necessidade, iniciado a vida laboriosa entre 7 e 12 anos de idade, uma marca diferenciadora da infância<sup>4</sup>,

---

<sup>3</sup>A expressão “[...]” refere-se a práticas empregadas nas escolas cariocas e nas intenções dessas práticas: transformar uma população geralmente não branca e pobre em pessoas embranquecidas em sua cultura, higiene, comportamento e até, eventualmente, na cor da pele” (DÁVILA, 2006, p. 13).

<sup>4</sup>Janotti e Queiroz (1988b) recorrem aos estudos de Piaget para sua argumentação. Na amostra enfocada, há depoimento de uma mulher de São Paulo, representante da 2ª geração de sua família, que declarou ter iniciado

do desenvolvimento, dos papéis sociais esperados desses sujeitos e autoimagem dessas pessoas. Apesar de figurar como um valor e servir como elemento que marca o tempo subjetivo do depoente, os trabalhos rememorados por eles ocupam um tempo mais que privilegiado da vida humana, exigindo o esforço muscular e minando a participação em espaços públicos, para além da família e, em muitos casos, das fábricas. Das primeiras memórias estão ausentes as brincadeiras, planos de juventude e convivência. A condição de trabalhador, ainda que no âmbito mais subalterno da estratificação social, é representada por esses sujeitos como cerne de sua identidade.

Tal como aconteceu à mineira Carolina Maria de Jesus, foi a necessidade de trabalho que fez com que a mãe de uma das depoentes de Sorocaba (representante da 1ª geração) a retirasse da escola após o seu segundo ano de escolarização. Diferente da futura escritora, a tecelã sorocabana frequentou a escola no período noturno, após longa jornada diária de trabalho. De igual modo, à filha e à neta dessa depoente (representando as 2ª e 3ª gerações) também restaram a mesma sorte, conciliar o serviço de casa e os estudos, até que o cansaço, esgotamento e a “correria” minaram suas possibilidades educacionais. Infelizmente, em *Relatório* e demais documentos do projeto, essas não são histórias de excessão.

À situação de exploração a que a maioria esteve submetida não se esboçou, em depoimentos, nenhum viés de consciência, como pontuam Janotti e Queiroz (1988b). Pelo contrário, em alguns casos, a estratégia de dominação da burguesia industrial — incluindo, castigos físicos a sujeitos da 1ª geração — foi interiorizada, em muitos casos para escapar à fome; há depoimentos que marcam a continuidade de relações de “trabalho” não remuneradas. Esse fenômeno é percebido nas três gerações entrevistadas, mas, como herança do período escravista, tem a 1ª geração como locus privilegiado. Não obstante, as autoras pontuam o inconformismo como estratégia de resistência.

A industrialização e o declínio dos fluxos migratórios a partir da década de 1930 fez com que o contingente nacional, incluindo-se aí a mão de obra negra, pudesse ser mais bem absorvida ao mundo do trabalho, o que garantiu condições mínimas, mas que representaram um avanço nas relações sociais e de consumo. Somando a isso,

[...] a frequência à escola, rara na primeira geração, e cada vez mais comum a partir da segunda, também representou um passo importante pois garantia acesso a um universo maior de informações, que poderia propiciar ao indivíduo contextualizações mais amplas. (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 50).

Demonstrando uma ascensão social, na 2ª geração, então, aparecem cada vez mais

---

a vida laboriosa aos 5 anos de idade.

atividades de trabalho que demandaram o domínio da leitura e da escrita e, por vezes, saberes técnicos, como é o caso de um profissional ajustador com formação pelo SENAI e os relacionados à mecânica e funcionalismo público. A maior parte dos depoentes relata que cursou poucos anos de escolarização, entre 1 e 2 anos, e são unânimes em contrapor a escola ao trabalho. Contudo, entre a 2ª geração, há, relatado pelas autoras, o caso de uma professora primária com várias etapas de escolarização. Em contato com demais documentos do MEFNSP, é possível mapear outros profissionais da educação entre os indivíduos de 2ª, mas principalmente 3ª gerações.

Nas palavras das coordenadoras, apesar “[...] do estudo apresentar-se, para a maioria desses depoentes como um bem raro desejado, poucas vezes lhes foi possível, frente às condições concretas de existência, obtê-lo (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 50). A alternativa viável e com possibilidades de ascensão social à 3ª geração foi voltar ou desejar voltar a estudar na idade adulta, conciliando arduamente à vida no trabalho. Alguns, entre eles, cursaram níveis técnicos e apenas um, nesse universo, chegou ao nível de graduação. Junto a isso, como ascensão social, estavam a possibilidade de garantia de moradia e condições reais de existência. Isso tudo matizado pelo racismo. As autoras mapearam diferentes formas de perceber ou representar a existência ou ausência dele pelos depoentes.

Ao exemplo de uma representante de 3ª geração de Sorocaba, adquirir diploma de nível técnico na área da saúde não lhe garantiu “diploma de brancura” para conseguir trabalho condizente. Afinal, em suas palavras, “[...] já tinha muito preto trabalhando no hospital. Aí eu fiquei danada! Rasguei o diploma na rua [...] [aí] comecei a trabalhar só de Empregada Doméstica” (MONTEIRO apud JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 57).

No conjunto observado pelas autoras, é na 3ª geração que aflora-se um sentimento coletivo de superação das realidades enfrentadas. Como exemplo, a irmã dessa representante de 3ª geração, com alguns anos de diferença, manifestou fazer parte de um tipo de movimento negro local, demonstrando que na escola teve contato com posicionamentos historiográficos que questionaram e provocaram reflexões com relação às motivações para a promulgação da Lei Áurea e as condições do negro pós-abolição no Brasil.

Apesar de ser apenas um exemplo, sem a pretensão de generalização, tal caso é primoroso para perceber as alterações provocadas ao longo de três gerações e o papel destinado à escola nos processos formativos dessas populações. Não é à toa que é na 3ª geração que “[...] a identificação entre estudo e ascensão social [seja] mais frequente” (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 60-61). Entretanto, como observaram as historiadoras, “[...] [o] que seria condição necessária e suficiente para um branco não [poderia] ser para um

negro” (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 63).

### **“Outros ângulos à prospecção”: as relações entre família, infância e escolarização**

Para essa seção do relatório, na construção de sua análise, as coordenadoras basearam-se nos depoimentos de sete pessoas com inserções explícitas de seus excertos, bem como o que chamaram de apreciações interpretativas de todo o conjunto documental produzido. Nela, demonstram temáticas possíveis à prospecção, enfocando, sobretudo, a infância.

As pesquisadoras discutem diferentes estratégias dos depoentes para marcar o conhecimento que têm sobre suas formações familiares, inclusive apontando miscigenações entre negros, indígenas e brancos. Apontam, também, que o que se pode saber sobre as reminiscências com relação ao passado cativo foi devido à insistência dos entrevistadores mediante a recusa dos depoentes em suscitar a memória do grupo familiar. Nesse processo, as perguntas sobre a infância dos entrevistados foram frequentes, assim como acerca do que se ouvia no seio familiar a respeito da escravidão.

No que diz respeito ao núcleo familiar, foi comum a rememoração dos entrevistados quanto à morte do pai ou da mãe e, por conseguinte, sua criação e educação ter acontecido por meio de parentes próximos ou conhecidos. A perda de um ente tão próximo (mesmo com reorganização e nova definição de papéis entre os adultos do núcleo familiar) e o sofrimento aí decorrente; o receio quanto ao rompimento familiar, comum em muitos dos depoimentos; a obrigação ao labor ainda durante a infância, como garantia de sobrevivência; a falta de diálogo e consideração e voz à criança; a violência, muitas vezes praticadas à criança; a falta de socialização mais ampla, como o seu acesso (regular ou irregular) ou o raro acesso de antepassados à escola, marcam a infância de boa parte das daquelas pessoas, como bem sintetiza uma das depoentes da capital: “[...] nós tivemos uma infância muito difícil” (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 66).

Quanto ao último aspecto enfocado, há nos depoimentos, reminiscências com relação à escolaridade, mas prevalecem “[...] limitações e obstáculos ao acesso e continuidade da educação formal, premidos pela necessidade de se inserir prematuramente, no mundo do trabalho” (JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p.68). As duas primeiras gerações pontuaram a não frequência ou possibilidade de acesso à escola, demonstrando como, para essas famílias, o estudo foi encarado como um valor. Em meios urbanos, representantes de 2ª e 3ª gerações tiveram mais acesso à escolarização, em parte pelas mudanças ocorridas na organização da instrução e educação públicas ao longo do século XX no estado de São Paulo. Contudo, em função da mobilidade e calendário agrícola, em meios rurais, a escolaridade média

declarada foi apenas de dois anos.

Para a 3ª geração, com maior acesso e permanência à escola, de seus depoimentos é possível colher as marcas do racismo cotidiano e do preconceito de classe social sofridos nas salas de aula, por meio de colegas, professora e até mesmo do diretor da escola.

## **Considerações Finais**

Em MEFNSP e em *Relatório* é possível mapear alguns indícios com relação à leitura, escrita e escolarização em famílias negras de São Paulo.

Constatai que o estudo era um valor para o universo de depoentes escolhidos por Janotti e Queiroz (1988b) para sua análise. Entretanto, foram raras as possibilidades de escolarização formal para a 1ª geração de entrevistados. Esse quadro modifica-se no decorrer das gerações, em que filhos e netos da 1ª geração passam a ter mais chances de frequentar a escola.

O trabalho, percebido de diferentes maneiras pelos entrevistados, foi o limitador de suas infâncias para todas as gerações, mas especialmente para a primeira. Por sobrevivência, muitos empreenderam a energia que, por vezes, poderia ter sido aplicada às brincadeiras, à convivência, às aprendizagens e aos projetos de vida, ao trabalho — com ou sem remuneração —, pertencente à dinâmica ainda racializada entre brancos e negros no pós-abolição, com alta dose de exploração e que alijou a muitos de processos formais mais qualitativos de escolarização.

Ainda sobre essa questão, o trabalho subalternizado vai dando um pequeno espaço a profissões e atividades que requerem um maior grau de instrução, à medida que as 2ª e 3ª gerações vão tendo mais acesso à escola, mas persiste a acumulação desproporcional entre estudo e trabalho, sendo que o primeiro, geralmente é abandonado ou realocado a um plano futuro em decorrência do segundo ser a possibilidade de garantir o mínimo necessário à sobrevivência.

Ademais, o fato de as primeiras gerações majoritariamente terem sido obrigadas ao trabalho desde a tenra idade, pelo registro de aspectos de sua memória coletiva, é possível perceber que isso afetou a forma de os mais idosos sentirem, lidarem e conceberem a infância nas gerações mais novas. Uma representante da 3ª geração de uma família de Areias chegou a registrar esse doloroso pensamento: “Nem lembro da minha infância. Quase não tive infância... A gente era muito pobre” (EDNA Apud JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 71).

Essa extrema pobreza a que foi submetida nosso povo no pós-abolição marcou de forma preponderante sua vida; os tirou dos processos de educação imaginados, hoje, como

direito a qualquer criança, mas que no jogo de ajudar o pai, a avó e “aquele bando de irmãos”, fez com que uma senhora de Cruzeiro, representante da 2ª geração de sua família, dissesse “Vó, eu não vou mais na escola, vou trabalhar” (BARBOSA apud JANOTTI; QUEIROZ, 1988b, p. 51).

## Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza. **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Memórias da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (Projeto de Pesquisa). **Rev. Inst. Bras.**, SP, 28:77-89, 1988a.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Projeto: “Memórias da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo”** – Relatório final. USP, 1988b (datilog.).